

DEMOCRACIA COMO UM VALOR UNIVERSAL

Amartya Sen (1999)



No verão de 1997, fui questionado por um grande jornal japonês sobre o que eu pensava ser a coisa mais importante que havia acontecido no século XX. Pensei ser esta uma questão bastante provocativa, uma vez que muitas coisas graves haviam acontecido nos últimos cem anos. Os impérios europeus, especialmente o britânico e o francês, que haviam dominado o século XIX, chegaram ao fim. Nós testemunhamos duas guerras mundiais. Vimos a ascensão e a queda do fascismo e do nazismo. O século testemunhou a ascensão do comunismo e sua queda (como

ocorreu no antigo bloco soviético) ou radical transformação (como na China). Também vimos uma troca no domínio econômico do Ocidente para um novo equilíbrio econômico, muito mais dominado pelo Japão e Leste e Sudeste Asiático. Mesmo que aquela região esteja passando por alguns problemas financeiros e econômicos neste momento, isso não vai anular a mudança do equilíbrio da economia mundial que vem ocorrendo durante muitas décadas (no caso do Japão, aproximadamente durante todo o século). Os últimos cem anos não ficam devendo em termos de importantes acontecimentos.

Não obstante, entre a grande variedade de fatos que ocorreram no século XX, eu não tive, finalmente, nenhuma dificuldade em escolher um como o mais proeminente do período: a ascensão da democracia. Não se deseja negar que outras ocorrências também foram importantes, mas eu argumentaria que, no futuro distante, quando as pessoas olharem para o que aconteceu no século passado, acharão difícil não colocar primazia na emergência da democracia como a mais aceitável forma de governança.

A ideia da democracia teve origem, é claro, na Grécia antiga, mais de dois mil anos atrás. Esforços parciais de democratização foram feitos também em outros locais, incluindo a Índia. (1) Mas é realmente na Grécia antiga que a ideia de democracia tomou forma e foi seriamente colocada em prática (ainda que em escala limitada), antes de entrar em colapso e ser substituída por formas de governo mais autoritárias e assimétricas. Não houve outros tipos em nenhum outro local.

A partir daí, a democracia como nós a conhecemos levou um longo tempo para emergir. Sua gradual — e finalmente triunfante — emergência como um sistema de governança operacional, foi impulsionada por diversos

desenvolvimentos, da assinatura da Carta Magna, em 1215, às revoluções francesa e americana no século XVIII e à expansão do direito de voto na Europa e na América do Norte, no século XIX. Foi no século XX, entretanto, que a ideia de democracia estabeleceu-se como uma forma "normal" de governo à qual qualquer nação tem direito, quer seja na Europa, América, Ásia ou África.

A ideia de democracia como um compromisso universal é bastante nova, e é fundamentalmente um produto do século XX. Os rebeldes que impuseram restrições ao rei da Inglaterra por meio da Magna Carta, viram essa necessidade como essencialmente local. Em contraste, os lutadores pela independência americana e os revolucionários na França contribuíram grandemente para a compreensão da necessidade da democracia como um sistema geral. Ainda assim, o foco de suas demandas práticas permaneceu bastante local — confinado, de fato, aos dois lados do Atlântico Norte, e fundado na história econômica, social e política especial das regiões.

No decorrer do século XIX, teóricos da democracia achavam bastante natural discutir se um ou outro país estava "pronto para a democracia". Este pensamento mudou somente no século XX, com o reconhecimento de que a própria questão estava errada: um país não precisa ser visto como pronto para a democracia; ao invés disso, deve se tornar pronto por meio da democracia. Essa é uma mudança importante, que estende o alcance potencial da democracia para bilhões de pessoas, com suas variáveis histórias e culturas e distintos níveis de afluência.

Foi também no século XX que as pessoas finalmente aceitaram que o "direito de voto para todos os adultos" deve ser, de fato, de todos — não

apenas homens, mas também mulheres. Quando, em janeiro de 1999, tive a oportunidade de me encontrar com Ruth Dreyfuss, presidente da Suíça e mulher de grande distinção, tive chance de lembrar que, há apenas um quarto de século, as mulheres suíças não podiam nem ao menos votar. Nós pelo menos chegamos ao ponto de reconhecer que a cobertura da universalidade, como a qualidade da misericórdia, não é disseminada.

Eu não nego a existência de desafios ao argumento da democracia pela universalidade. Esses desafios surgem em diversos tipos e formas — e de diferentes direções. De fato, isso faz parte do assunto deste ensaio. Eu preciso examinar esse argumento da democracia como um valor universal e os desafios que o cercam. Antes que eu comece esse exercício, entretanto, é necessário estabelecer claramente o sentido no qual a democracia tornou-se uma crença dominante no mundo contemporâneo.

Em qualquer tempo ou clima social, há algumas crenças disseminadas que parecem impor respeito como um tipo de regra geral — como o "default" em um programa de computador; eles são considerados certos a menos que seu argumento seja, de alguma forma, negado. Enquanto a democracia ainda não é praticada universalmente, assim como não é uniformemente aceita, no clima geral da opinião mundial, a governança democrática atingiu agora o status de ser encarada como geralmente certa. A bola está no campo daqueles que desejam empestar a democracia para prover uma justificativa para essa rejeição.

Trata-se de uma mudança histórica, de não muitos anos atrás, quando os defensores da democracia para a Ásia ou África tinham que falar pela democracia com as costas voltadas para a parede. Enquanto nós ainda temos razões suficientes para debater com aqueles que, implícita ou

explicitamente, rejeitam a necessidade da democracia, devemos também notar claramente como o clima geral de opinião deixou de ser o que era em séculos anteriores. Não precisamos estabelecer, a cada vez, se este ou aquele país (África do Sul, Camboja ou Chile) estão "prontos para a democracia" (uma questão que era fundamental no século XIX), nós agora tomamos isso como certo. Esse reconhecimento da democracia como um sistema universalmente relevante, que se move em direção de sua aceitação como um valor universal, é uma grande revolução no pensamento, e uma das mais importantes contribuições do século XX. É nesse contexto que precisamos examinar a questão da democracia como um valor universal.

A Experiência Indiana

A democracia tem funcionado bem? Enquanto ninguém realmente questiona o papel da democracia, por exemplo, nos Estados Unidos, Inglaterra ou França, este ainda é um ponto a discutir para muitos dos países mais pobres no mundo. Esta não é a ocasião para um exame detalhado do registro histórico, mas eu diria que a democracia tem funcionado bastante bem.

A Índia, é claro, foi um dos maiores campos de batalha desse debate. Ao negar a independência indiana, os britânicos expressaram ansiedade a respeito da habilidade dos indianos de se governarem. A Índia estava, de fato, em desordem em 1947, o ano que se tornou independente. O país tinha um governo ainda não experimentado, confusa divisão partidária e alinhamentos políticos obscuros, combinados com violência disseminada e

desordem social. Era difícil ter fé no futuro de uma Índia unida e democrática. Ainda assim, meio século depois, encontramos uma democracia que, apesar dos pesares, tem funcionado espantosamente bem. As diferenças políticas foram administradas dentro de regras constitucionais e os governos têm subido e caído de acordo com as regras eleitorais e parlamentares. Uma improvável e deselegante combinação de diferenças, a Índia todavia sobrevive e funciona bastante bem como uma unidade política com um sistema democrático. Na verdade, mantém-se unido em função da ação de sua democracia.

A Índia também sobreviveu ao tremendo desafio de lidar com uma variedade de importantes línguas e religiões. Diferenças culturais e religiosas são, é claro, vulneráveis à exploração por políticos sectários, e foram de fato muito usadas em diversas ocasiões, causando grande consternação no país. Ainda assim, o fato de que há consternação frente à violência sectária e de que a condenação dessa violência vem de todos os setores do país acaba provendo a mais importante garantia democrática contra a exploração do sectarismo. Isso, é claro, é essencial para a sobrevivência e prosperidade de um país tão variado como a Índia, que é lar não apenas para uma maioria hindu, mas para a terceira maior população muçulmana do mundo, milhões de cristãos e budistas e para a maioria dos sikhs, parsees e jains existentes no mundo.

Democracia e Desenvolvimento Econômico

Diz-se habitualmente que sistemas não-democráticos são melhores em proporcionar desenvolvimento econômico. Essa crença algumas vezes é

chamada de "a hipótese Lee", em função de seu defensor, Lee Kuan Yew, líder e ex-presidente de Cingapura. Ele está correto no que diz respeito a que alguns estados disciplinadores (como a Coréia do Sul, seu país, Cingapura e a China pós-reforma) tiveram índices mais rápidos de crescimento econômico que muitos dos Estados menos autoritários (incluindo Índia, Jamaica e Costa Rica). A "hipótese Lee", entretanto, é baseada em esporádico empirismo, usando informação muito selecionada e limitada, ao invés de qualquer teste estatístico geral que use o universo de informação disponível. Uma relação geral desse tipo não pode ser estabelecida com base em evidência muito seletiva. Por exemplo, não podemos realmente usar o alto crescimento econômico de Cingapura ou da China como "prova definitiva" de que o autoritarismo tem mais sucesso na promoção do crescimento econômico, não mais do que podemos chegar à conclusão oposta, pelo fato de que a Botswana, o país com o melhor registro de crescimento econômico da África, de fato, com um dos melhores registros de crescimento econômico em todo o mundo, tem sido um oásis de democracia naquele continente por décadas. Precisamos mais estudos empíricos sistemáticos para averiguar os argumentos e contra-argumentos.

Não há, de fato, nenhuma evidência geral convincente de que governança autoritária e a supressão de direitos políticos e civis são realmente benéficos ao desenvolvimento econômico. Na verdade, a figura estatística geral não permite essa conclusão. Estudos empíricos sistemáticos (por exemplo, o de Robert Barro ou o de Adam Przeworski) não dão suporte real ao argumento de que há um conflito geral entre direitos políticos e performance econômica. (2) A ligação direcional parece depender de muitas outras circunstâncias, e enquanto algumas investigações

estatísticas apontam para uma fraca relação negativa, outras encontram uma forte relação positiva. Se todos os estudos comparativos são vistos em conjunto, a hipótese de que não há relação clara entre crescimento econômico e democracia em qualquer direção permanece extremamente plausível. Uma vez que democracia e liberdade política são importantes em si, o caso em prol destas permanece intocado. (3)

A questão também envolve o aspecto fundamental dos métodos de pesquisa econômica. Não devemos olhar apenas para as conexões estatísticas, mas também examinar e escrutinar os processos causais que estão envolvidos no crescimento econômico e desenvolvimento. As políticas econômicas e circunstâncias que levaram ao sucesso econômico de países do Sudeste asiático estão, neste momento, razoavelmente bem entendidas. Enquanto diferentes estudos empíricos têm variado em ênfase, já existe grande consenso em uma lista de "políticas úteis" que incluem a abertura à competição, o uso de mercados internacionais, a provisão pública de incentivos para investimento e exportação, um alto nível de alfabetização e escolaridade, as reformas agrárias bem-sucedidas e outras oportunidades sociais que aumentam a participação no processo da expansão econômica. Não há nenhuma razão para acreditar que alguma dessas políticas é inconsistente com maior democracia e teriam de ser sustentadas pelos elementos do autoritarismo que porventura estivessem presentes na Coreia do Sul, Cingapura ou China. De fato, há avassaladora evidência para mostrar que o que é necessário para gerar crescimento econômico mais rápido é um clima econômico mais amigável, ao invés de um sistema político mais duro.

Para completar este exame, devemos ir além dos estreitos domínios do crescimento econômico e escrutinar as maiores demandas do desenvolvimento econômico, incluindo a necessidade de segurança econômica e social. Nesse contexto, precisamos olhar para a conexão entre direitos políticos e civis, de um lado, e a prevenção de grandes desastres econômicos, de outro. Direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de chamar a atenção para as necessidades gerais e demandar ação pública apropriada. A resposta de um governo ao grave sofrimento de seu povo habitualmente depende da pressão colocada sobre ele. O exercício de direitos políticos (como voto, crítica, protesto e similares) pode fazer uma real diferença nos incentivos políticos que operam em um governo.

Discuti em outro local o importante fato de que, na terrível história da epidemia da fome no mundo, nenhuma epidemia substancial jamais ocorreu em qualquer país independente e democrático, com uma imprensa relativamente livre. (4) Não há como encontrar exceções a essa regra, não importa onde olhemos: as recentes epidemias de fome na Etiópia, Somália ou outros regimes ditatoriais, a fome na União Soviética nos anos 30, China em 1958-61, com a falha do "Grande Passo à Frente", ou ainda antes, a fome na Irlanda ou na Índia sob governo externo. A China, mesmo que de muitas formas estivesse melhor economicamente que a Índia, conseguiu ter a maior epidemia de fome (ao contrário da Índia) registrada na história mundial: perto de 30 milhões de pessoas morreram entre 1958 e 1961, enquanto políticas governamentais equivocadas permaneceram imutáveis por três anos a fio. Essas políticas permaneceram não criticadas pois não havia partidos de oposição no parlamento, imprensa livre ou eleições multipartidárias. Na verdade, é

precisamente essa ausência de desafio que permitiu que políticas profundamente ineficazes continuassem, mesmo que estivessem matando milhões a cada ano. O mesmo pode ser dito sobre as duas epidemias mundiais de fome contemporâneas, ocorrendo agora mesmo na Coreia do Norte e no Sudão.

A fome está habitualmente associada com o que parecem ser desastres naturais, e os comentaristas acomodam-se à simplicidade de explicar a fome apontando para esses eventos: as enchentes na China durante o fracassado "Grande Passo à Frente", a seca na Etiópia, ou quebra de safra na Coreia do Norte. Entretanto, muitos países com problemas naturais similares, ou até mesmo piores, deram-se perfeitamente bem, porque um governo responsável interveio para ajudar a aliviar a fome. Uma vez que as principais vítimas da fome são os indigentes, as mortes podem ser prevenidas pela recriação de renda (por exemplo, através de programas de emprego), o que torna a comida acessível às vítimas potenciais da fome. Mesmo os países democráticos mais pobres que viveram terríveis secas ou enchentes, ou outros desastres naturais (como a Índia, em 1973, ou Zimbábue e Botsuana, no início dos anos 80) foram capazes de alimentar seu povo sem experimentar uma epidemia de fome.

A fome é fácil de prevenir se houver um esforço sério nesse sentido, e um governo democrático, submetido a eleições e críticas dos partidos de oposição e jornais independentes, não pode evitar realizar esse esforço. Enquanto a Índia continuou a ter epidemias de fome durante a gestão do governo britânico, até a independência (a última epidemia, que testemunhei quando criança, foi em 1943, três anos antes da

independência), estas desapareceram repentinamente com o estabelecimento de uma democracia multipartidária e imprensa livre.

Eu discuti estes temas em outro local, particularmente em meu trabalho em conjunto com Jean Dreze, portanto não irei me alongar nestes pontos aqui. (5)

Na verdade, a questão da fome é apenas um exemplo do alcance da democracia, mesmo que seja em muitas formas, o caso mais fácil de se analisar.

O papel positivo dos direitos políticos e civis aplica-se à prevenção de desastres sociais e econômicos em geral. Quando as coisas vão bem e tudo está rotineiramente bem, esse papel instrumental da democracia pode não ser particularmente notado. É quando as coisas não vão bem, por um motivo ou outro, que os incentivos políticos providos pela governança democrática adquirem grande valor prático.

Eu acredito que há uma importante lição aqui. Muitos tecnocratas da economia recomendam o uso de incentivos econômicos (que o sistema de mercado provê), enquanto ignoram incentivos políticos (que sistemas democráticos poderiam garantir). Isso significa optar por um conjunto de regras básicas profundamente desequilibrado. O poder protetor da democracia pode não ser muito notado quando um país tem sorte suficiente para não estar vivendo uma séria calamidade, quando tudo está andando com suavidade. Ainda assim, o perigo da insegurança, que surge das circunstâncias econômicas, ou de outro tipo, alteradas, ou de políticas errôneas não corrigidas, podem causar o atraso do que parecia ser um Estado saudável.

Os recentes problemas no Leste e Sudeste Asiático expõem, entre outras coisas, as penalidades da governança não democrática. Isso ocorre em dois aspectos contundentes. Primeiro, o desenvolvimento da crise financeira em algumas dessas economias (incluindo Coréia do Sul, Tailândia e Indonésia) tem estado associado, de perto, à ausência de transparência nos negócios, em particular a ausência de participação pública na revisão dos arranjos financeiros. A falta de um efetivo fórum democrático tem sido apontada como ponto central nesse insucesso. Segundo, uma vez que a crise financeira levou à recessão econômica generalizada, o poder protetor da democracia — semelhante ao que previne a fome em países democráticos — teve sua ausência grandemente observada num país como a Indonésia. Os novos despossuídos não tinham a voz que precisavam.

Uma queda no produto interno bruto de, digamos, 10% pode não parecer muito se seguido de um índice de crescimento de 5% ou 10% todos os anos ao longo de algumas décadas, e mesmo assim esse declínio pode dizimar vidas e criar a miséria para milhões se o peso da contração não é largamente partilhado, mas permitido que caia sobre aqueles — os desempregados ou seu equivalente economicamente — que menos podem suportá-lo. Os vulneráveis na Indonésia podem não ter sentido falta da democracia quando as coisas estavam indo bem, mas sua ausência manteve sua voz baixa e amortecida à medida que a crise econômica desigualmente partilhada desenvolveu-se. A ausência do papel protetor da democracia é fortemente sentida quando é mais necessária.

As Funções da Democracia

Até agora eu permiti que a agenda deste ensaio fosse determinada pelos críticos da democracia, especialmente os críticos econômicos. Eu devo voltar ao criticismo novamente, utilizando os argumentos dos críticos culturais em particular, mas é chegado o momento de buscar mais firmemente a análise positiva do que a democracia faz e o que se encontra na base de seu argumento de ser um valor universal.

O que exatamente é democracia? Não devemos identificar democracia com governo da maioria. A democracia tem demandas complexas, o que certamente inclui o voto e o respeito pelos resultados eleitorais, mas também requer a proteção das liberdades e direitos, respeito aos títulos legais e a garantia da livre discussão e distribuição sem censura de notícias e comentários justos. Mesmo as eleições podem ser grandemente danosas se ocorrerem sem que os diferentes lados tenham oportunidade adequada de apresentar seus respectivos casos, ou sem que o eleitorado goze de liberdade para obter notícias e considerar os pontos de vista dos competidores. A democracia é um sistema exigente e não apenas uma condição mecânica (como o governo da maioria) tomada isoladamente.

Vistos sob essa luz, os méritos da democracia e seu argumento como valor universal podem ser relacionados a certas virtudes distintas que acompanham sua prática irrestrita. De fato, podemos distinguir três diferentes formas através das quais a democracia enriquece as vidas dos cidadãos. Primeiro, a liberdade política faz parte da liberdade humana em geral, e o exercício dos direitos políticos e civis é um componente crucial para a boa vida de indivíduos como seres sociais. A participação política e

social tem valor intrínseco para a vida e bem estar humanos. Ser impedido de participar na vida política da comunidade é uma grande privação.

Segundo, como acabei de discutir (debatendo o argumento de que a democracia está em tensão com o desenvolvimento econômico), a democracia tem um importante valor instrumental ao potencializar a capacidade do povo ser ouvido quando expressar suas demandas por atenção política (incluindo demandas de necessidades econômicas). Terceiro — e este é um ponto a ser explorado mais profundamente — a prática da democracia dá aos cidadãos a oportunidade de conhecimento uns sobre os outros, e ajuda a sociedade a formar seus valores e prioridades. Mesma a ideia de "necessidades", incluindo a compreensão de "necessidades econômicas", requer discussão pública e troca de informações, pontos de vista e análises. Nesse sentido, a democracia tem importância construtiva, além de seu valor intrínseco para as vidas dos cidadãos e sua importância instrumental nas decisões políticas. Os argumentos da democracia como um valor universal devem levar em conta esta diversidade de considerações.

A conceitualização — até mesmo a compreensão — do que é contabilizado como "necessidades", incluindo "necessidades econômicas", pode inclusive requerer o exercício dos direitos políticos e civis. Uma compreensão adequada do que são necessidades econômicas — seu conteúdo e força — pode requerer discussão e troca. Direitos políticos e civis, especialmente aqueles relacionados à garantia do debate aberto, crítica e não concordância, são centrais ao processo de geração de opções esclarecidas.

Esses processos são cruciais à formação de valores e prioridades, e não podemos, em geral, aceitar preferências formadas independentemente da discussão pública, ou seja, não levando em conta se o debate e a troca aberta são permitidos ou não.

De fato, o alcance e efetividade do diálogo aberto são habitualmente menos prezados quando acessamos problemas sociais e políticos. Por exemplo, a discussão pública tem um papel importante na redução dos altos níveis de fertilidade que caracterizam muitos países em desenvolvimento. Há evidência substancial de que o grande declínio nos níveis de natalidade nos estados mais alfabetizados da Índia foi bastante influenciado pelo debate público dos efeitos negativos dos altos níveis de natalidade para a comunidade em geral, especialmente nas vidas das mulheres jovens. Se essa opinião emergiu, digamos, no estado indiano de Kerala, ou Tamil Nadu, de que uma família feliz na era moderna é uma família pequena, muita discussão e debate influíram na formação dessa perspectiva. Kerala tem agora um nível de natalidade de 1.7 (similar ao da Inglaterra e da França, e abaixo da China, de 1.9) e isso foi conseguido sem coerção, mas principalmente através do surgimento de novos valores — um processo no qual o diálogo político e social teve grande participação. O alto índice de alfabetização de Kerala (as taxas são mais altas que qualquer província da China), especialmente entre as mulheres, tem contribuído grandemente para tornar possível esse diálogo social e político.

Miséria e privações podem ser de diversos tipos, alguns mais tratáveis por remédios sociais que outros. A totalidade dos dilemas humanos seriam uma base muito crua para identificação de nossas "necessidades". Por

exemplo, há muitas coisas que teríamos boas razões para valorizar e portanto entender como "necessidades", se fossem viáveis. Nós poderíamos até mesmo desejar a imortalidade, como Maitreyee, aquela incrível mente inquisidora do Upanishads, fez em sua conversa de 3000 anos com Yajñvalkyā. Mas nós não vemos a imortalidade como uma "necessidade" porque ela é claramente inviável. Nossa concepção de necessidade relaciona-se com nossas idéias sobre a natureza preventiva de algumas privações e ao nosso entendimento do que pode ser feito a respeito delas. Na formação de crenças e compreensão sobre a viabilidade (particularmente, viabilidade social), as discussões públicas têm um papel fundamental. Direitos políticos, incluindo liberdade de expressão e discussão, são cruciais, não apenas na indução de respostas sociais para as necessidades econômicas, mas também na conceitualização das próprias necessidades econômicas.

Universalidade de Valores

Se a análise acima está correta, então o reconhecimento do valor da democracia não reside em um mérito em particular. Há uma pluralidade de virtudes aqui, incluindo, em primeiro lugar, a importância intrínseca da participação política e liberdade na vida humana; em segundo, a importância instrumental dos incentivos políticos na manutenção da responsabilidade e transparência dos governos; e terceiro, o papel construtivo da democracia na formação de valores e na compreensão de necessidades, direitos e obrigações. À luz desse diagnóstico, nós podemos

agora abordar a questão que motivou este ensaio, qual seja, o caso de compreender a democracia como um valor universal.

Debatendo esse ponto, é algumas vezes argumentado que nem todos concordam com a decisiva importância da democracia, particularmente quando compete por nossa atenção e lealdade com outras coisas desejáveis. Isso é realmente assim, e não há unanimidade neste ponto. A ausência de unanimidade é vista por alguns como evidência suficiente de que a democracia não é um valor universal.

Certamente, devemos começar lidando com uma questão metodológica: o que é um valor universal? Para que um valor seja considerado universal, deve ter a aceitação de todos? Se isso fosse realmente necessário, então a categoria dos valores universais bem que poderia estar vazia. Não conheço nenhum valor — nem mesmo a maternidade (penso no livro *Mommy Dearest*) — a qual ninguém tenha jamais colocado objeções. Eu argumentaria que a aceitação universal não é um requisito para que algo seja considerado valor universal. Ao invés disso, o argumento de um valor universal é que as pessoas, em qualquer lugar, tenham razão para vê-lo como valioso.

Quando Mahatma Gandhi defendeu o valor universal da não-violência, ele não estava defendendo que as pessoas em todos os lugares agissem de acordo com esse valor, mas que elas tivessem bons motivos para vê-lo como valioso. Da mesma forma, quando Rabindranath Tagore defendeu "a liberdade da mente" (ou a liberdade de pensar) como um valor universal, ele não estava dizendo que esse argumento é aceito por todos, mas que todos têm razão suficiente para aceitá-lo — uma razão pela qual ele muito fez em termos de explorar, apresentar e divulgar. (6) Vista dessa

forma, qualquer argumentação de que algo seja um valor universal envolve análise de seus aspectos contrários — em particular, se as pessoas podem ver algum valor em uma argumentação que ainda não consideraram adequadamente. Todos os argumentos relativos a valor universal — não apenas o da democracia — têm este pressuposto implícito.

Eu acredito que seja em função desse habitual pressuposto implícito que a maior mudança comportamental relativa à democracia ocorreu no século XX. Considerando a democracia para um país que não a tem e onde muitas pessoas podem ainda não ter tido a oportunidade de considerá-la como uma prática real, supõe-se que as pessoas envolvidas iriam aprová-la uma vez que se torne uma realidade em suas vidas. No século XIX essa suposição não teria sido feita, mas a presunção de que é vista como natural (o que eu antes chamei de posição "default") mudou radicalmente durante o século XX.

Também deve se notar que essa mudança é, em grande medida, baseada na observação da história do século XX. À medida que a democracia começa a se espalhar, seus apoiadores crescem, não diminuem. Começando na Europa e na América, a democracia como um sistema alcançou muitas costas distantes, onde foi saudada com desejosa participação e aceitação. Além disso, quando uma democracia existente foi derrubada, houve protestos disseminados, mesmo que estes tenham sido habitualmente suprimidos com brutalidade. Muitas pessoas têm desejado arriscar suas vidas na luta de trazer a democracia de volta.

Alguns que debatem o status da democracia como um valor universal, baseiam seu argumento não na ausência de unanimidade, mas na

presença de contrastes regionais. Esses supostos contrastes são algumas vezes relacionados à pobreza de algumas nações. De acordo com esse argumento, pessoas pobres estão interessadas, e têm razão para se interessar, em pão, não em democracia. Esse muito repetido argumento é falacioso em dois diferentes níveis.

Primeiro, como colocado acima, o papel protetor da democracia pode ser particularmente importante para os pobres. Isso obviamente aplica-se às potenciais vítimas da fome que vivem sob a ameaça de perecer. Isso também se aplica aos despossuídos lançados para baixo na escada da economia em uma crise financeira. Pessoas em necessidade econômica também precisam voz política. Democracia não é um artigo de luxo que pode esperar a chegada da prosperidade geral.

Segundo, há muito pouca evidência de que pessoas pobres, se puderem optar, irão preferir rejeitar a democracia. É portanto interessante notar que quando um antigo governo indiano, em meados da década de 70, tentou um argumento similar para justificar uma suposta emergência (e a supressão de vários direitos políticos e civis) que havia declarado, uma eleição foi chamada, que dividiu os eleitores exatamente nessa questão. Naquela decisiva eleição, disputada basicamente em cima desse ponto central, a supressão dos direitos políticos e civis fundamentais foi firmemente rejeitada, e o eleitorado indiano, um dos mais pobres do mundo, mostrou-se tão disposto a protestar contra a negação das liberdades e direitos básicos quanto a reclamar sobre a privação econômica.

Considerando que não tem havido teste da proposição de que os pobres não se importam com direitos políticos e civis, a evidência é inteiramente

contra esse argumento. Pontos similares podem ser feitos observando a luta por liberdades democráticas na Coreia do Sul, Tailândia, Bangladesh, Paquistão, Burma, Indonésia e outros locais na Ásia. Da mesma forma, enquanto a liberdade política é grandemente negada na África, tem havido movimentos e protestos contra essa repressão onde quer que as circunstâncias permitam.

O Argumento das Diferenças Culturais

Há também outro argumento em defesa de um suposto contraste regional, não relacionado a circunstâncias econômicas, mas a diferenças culturais. Talvez a mais famosa dessas argumentações está relacionada com o que foi chamado de "valores asiáticos". Tem sido afirmado que os asiáticos tradicionalmente valorizam a disciplina, não a liberdade política, e portanto a atitude com relação à democracia deve ser, inevitavelmente, mais cética nesses países. Eu debati essa tese com algum detalhamento na palestra do Morgenthau Memorial no Carnegie Council on Ethics and International Affairs. (7)

É muito difícil encontrar qualquer base real para esse argumento intelectual na história das culturas asiáticas, especialmente se observarmos as tradições clássicas da Índia, do Oriente Médio, Irã e outras partes da Ásia. Por exemplo, um dos primeiros e mais enfáticos registros advogando a tolerância do pluralismo e a obrigação do Estado de proteger minorias pode ser encontrado nas inscrições do imperador indiano Ashoka, no século III A.C.

A Ásia é, obviamente, uma área muito grande, contendo 60% da população mundial, e as generalizações sobre um conjunto tão vasto de povos não são fáceis. Algumas vezes, os defensores dos "valores asiáticos" tenderam a olhar primeiramente para o Leste da Ásia como a região de maior aplicabilidade. A tese geral de um contraste entre o Ocidente e a Ásia habitualmente concentra-se nas terras a leste da Tailândia, ainda que haja também um argumento mais ambicioso de que o resto da Ásia é bastante "similar". Lee Kuan Yew, a quem devemos ser gratos por ser um expositor tão claro (e por apresentar na totalidade o que é geralmente exposto vagamente nessa emaranhada literatura), coloca "a fundamental diferença entre conceitos ocidentais de sociedade e governo e conceitos do leste asiático" quando explica: "quando digo asiáticos do Leste, quero dizer Coréia, Japão, China, Vietnã, diferentes do Sudeste asiático, que é uma mistura entre os sinos e os indianos, ainda que a cultura indiana enfatize valores semelhantes". (8)

Mesmo o Leste asiático, entretanto, é marcadamente diverso, com muitas variações a serem encontradas, não apenas entre Japão, China, Coréia e outros países da região, mas também dentro de cada país. Confúcio é o autor padrão citado na interpretação dos valores asiáticos, mas ele não é a única influência intelectual nesses países (no Japão, China e Coréia, por exemplo, há tradições budistas muito antigas e disseminadas, poderosas por mais de mil e quinhentos anos, e há também outras influências, incluindo uma considerável presença cristã). Não há uma homogênea devoção à ordem em detrimento da liberdade em nenhuma dessas culturas.

Além disso, o próprio Confúcio não recomendava uma cega obediência ao Estado. Quando Zilu pergunta a ele "como servir a um príncipe", Confúcio responde (numa declaração que os censores de regimes autoritários podem querer ponderar), "Diga a ele a verdade, mesmo que o ofenda". (9) Confúcio não é avesso à precaução prática e tato, mas não esquece a recomendação de se opor a um mau governo (com tato, se necessário): "Quando o [bom] caminho prevalece no Estado, fale com coragem e aja com coragem. Quando o Estado houver perdido seu caminho, aja com coragem e fale com suavidade." (10)

De fato, Confúcio provê um indicador claro para o fato de que os dois pilares do imaginado edifício dos valores asiáticos, lealdade à família e obediência ao Estado, podem estar em severo conflito um com outro. Muitos defensores do poder dos "valores asiáticos" veem o papel do Estado como uma extensão do papel da família, mas como Confúcio notou, pode haver tensão entre os dois. O governador de She disse a Confúcio: "Entre o meu povo, há um homem de inquebrantável dignidade: quando seu pai roubou uma ovelha, ele o denunciou." Confúcio replicou: "Entre o meu povo, homens de integridade fazem as coisas diferentemente: um pai protege seu filho, um filho protege seu pai — e há integridade no que eles fazem." (11)

A monolítica interpretação dos valores asiáticos como hostis à democracia e direitos políticos não ultrapassa a um escrutínio crítico. Eu não deveria, suponho, ser tão crítico com relação à ausência de estudos que suportem essas crenças, uma vez que aqueles que fizeram essas afirmativas não são acadêmicos, mas líderes políticos, geralmente porta-vozes oficiais ou informais de governos autoritários. Entretanto, é interessante ver que

enquanto nós, acadêmicos, podemos ser não práticos quanto às práticas políticas, práticos políticos podem, por sua vez, serem bastante não práticos quanto à academia.

Não é difícil, é claro, encontrar escritos autoritários dentro das tradições asiáticas. Mas isso também não é difícil dentro dos clássicos ocidentais: Basta refletir sobre o trabalho de Platão ou (Santo Tomás de) Aquino para constatar que a devoção à disciplina não é um gosto especial asiático. Descartar a plausibilidade da democracia como um valor universal em função da presença de alguns escritos asiáticos sobre disciplina e ordem seria como rejeitar a plausibilidade da democracia como uma forma natural de governo na Europa ou América hoje com base nos escritos de Platão ou Aquinas (sem mencionar a substancial literatura medieval a favor das Inquisições).

Em função da experiência das batalhas políticas contemporâneas, especialmente no Oriente Médio, o Islã é geralmente mostrado como fundamentalmente intolerante e hostil à liberdade individual. Mas a presença da diversidade e variedade dentro de uma tradição aplica-se também ao Islã. Na Índia, Akbar e muitos outros imperadores moghul (com notável exceção de Aurangzeb) são bons exemplos da teoria e prática da tolerância política e religiosa. Os imperadores turcos foram geralmente mais tolerantes que seus contemporâneos europeus. Exemplos abundantes também podem ser encontrados entre os governantes do Cairo e Bagdá. De fato, no século XII, o grande estudioso judeu Maimonides teve de fugir de uma intolerante Europa (onde havia nascido) e sua perseguição contra os judeus, para a segurança de uma tolerante e urbana Cairo, e o patrocínio do sultão Saladin.

A diversidade é uma característica da maioria das culturas do mundo. A civilização ocidental não é exceção. A prática da democracia que saiu vencedora no moderno ocidente é grandemente um resultado de um consenso que vem emergindo desde o Iluminismo e a Revolução Industrial, e particularmente no último século. Ler neste fato um compromisso histórico do ocidente — ao longo do milênio — com a democracia, e aí contrastar este fato com tradições não-ocidentais (tratando cada uma como monolítica) seria um grande erro. Essa tendência à simplificação pode ser vista não apenas nos textos de alguns porta-vozes governamentais na Ásia, mas também nas teorias de alguns dos melhores acadêmicos ocidentais.

Como exemplo dos textos de um grande estudioso cujos trabalhos, em muitas outras formas, têm sido impressionantes, deixe-me citar a tese de Samuel Huntington sobre o choque das civilizações, onde as heterogeneidades dentro de cada cultura ganham reconhecimento inadequado. Seu estudo chega à clara conclusão de que "um senso de individualismo e uma tradição de direitos e liberdades" podem ser encontrados no Ocidente, que são "únicos entre as sociedades civilizadas". (12) Huntington também argumenta que "as características centrais do Ocidente, aquelas que o distinguem de outras civilizações, antecipam a modernização do ocidente". No ponto de vista dele, "o Ocidente era Ocidente muito antes de ser moderno". (13) É essa tese que eu tenho argumentado — não sobrevive ao escrutínio histórico.

Para cada tentativa de um porta-voz governamental asiático de contrastar supostos "valores asiáticos" com valores ocidentais, existe, ao que parece, uma tentativa de um intelectual ocidental de fazer uma oposição similar

do outro lado. Mas mesmo que cada puxão asiático possa ser neutralizado por um empurrão ocidental, os dois juntos não conseguem reduzir o argumento da democracia de ser um valor universal.

Onde o Debate se Coloca

Eu tentei cobrir um grande número de temas relacionados ao argumento de que a democracia é um valor universal. O valor da democracia inclui sua importância intrínseca na vida humana, seu papel instrumental na geração de incentivos políticos e sua função construtiva na formação de valores (e na compreensão da força e viabilidade das demandas por necessidades, direitos e obrigações). Esses méritos não têm caráter regional. Também não é regional a defesa de disciplina e ordem. A heterogeneidade de valores parece caracterizar a maioria, talvez todas, as grandes culturas. O argumento cultural não exclui, nem mesmo impede, as escolhas que podemos fazer hoje.

Essas escolhas têm de ser feitas aqui e agora, observando os papéis funcionais da democracia, dos quais depende o caso da democracia no mundo contemporâneo. Eu argumentei que este caso é realmente forte e não restrito ao regional. A pujança do argumento de que a democracia é um valor universal reside, finalmente, nessa força. É aí que o debate se coloca. Ele não pode ser dispensado por tabus culturais imaginários ou supostas predisposições de civilizações, impostas por nossos vários passados.

NOTAS

(1) Na novela de Aldous Huxley, *Point Counter Point*, isso foi o suficiente para dar uma desculpa adequada para um marido infiel, que diz à esposa que ele deve ir a Londres para estudar democracia na antiga Índia na biblioteca do Museu Britânico, quando na verdade ele vai visitar a amante.

(2) Adam Przeworski et al., *Sustainable Democracy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995); Robert J. Barro, *Getting It Right: Markets and Choices in a Free Society* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996).

(3) Tenho examinado a evidência empírica e conexões causais com algum detalhamento em meu livro *Development as Freedom*, a ser publicado pela Knopf em 1999.

(4) Veja o meu "Development: Which Way Now?" *Economic Journal* 93 (dezembro 1983); *Resources, Values and Development* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1984); e meu "Rationality and Social Choice," discurso como presidente feito a American Economic Association, publicado em *American Economic Review* em março de 1995. Veja também Jean Dr'eze e Amartya Sen, *Hunger and Public Action* (Oxford: Clarendon Press, 1987), Frances D'Souza, ed., *Starving in Silence: A Report on Famine and Censorship* (London: Article 19

International Centre on Censorship, 1990); Human Rights Watch, *Indivisible Human Rights: The Relationship between Political and Civil Rights to Survival, Subsistence and Poverty* (New York: Human Rights

Watch, 1992); e International Federation of Red Cross e Red Crescent Societies, World Disaster Report 1994 (Geneva: Red Cross, 1994).

(5) Dreze and Sen, Hunger and Public Action.

(6) Veja meu "Tagore and his India," New York Review of Books, 26 de Junho de 1997.

(7) Amartya Sen, "Human Rights and Asian Values," Morgenthau Memorial Lecture (New York: Carnegie Council on Ethics and International Affairs, 1997), publicado de forma reduzida em The New Republic, 14-21 de julho de 1997.

(8) Fareed Zakaria, "Culture is Destiny: A Conversation with

Lee Kuan Yew," Foreign Affairs 73 (Março-Abril 1994): 113.

(9) The Analects of Confucius, Simon Leys, trans. (New

York: Norton, 1997) 14.22,70.

(10) The Analects of Confucius, 14.3,66. (11) The Analects of Confucius, 13.18,63.

(12) Samuel P. Huntington, The Crash of Civilizations and the Remaking of World Order (New York: Simon and Schuster, 1996), 71.

(13) Huntington, The Crash of Civilizations, 69.

*Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1998, é mestre no Trinity College, Cambridge, e professor emérito da Harvard Uni

versity. O presente ensaio tem por base a palestra dada em conferência em Nova Déli, em fevereiro de 1999, sobre a "Construção de um Movimento Mundial pela Democracia".

SEN, Amartya (1999): Democracy as a Universal Value

<http://goo.gl/wUjPfh>